
LEGISLAÇÃO AMBIENTAL DE REFERÊNCIA

*em constante atualização

**não está organizado em ordem de importância

CRFB/1988

Constituição da República Federativa do Brasil.

Lei nº 556/1850

Código Comercial.

Lei nº 10.406/2002

Código Civil.

Lei nº 13.105/2015

Código de Processo Civil.

Resolução CONAMA nº 9, de 03 de dezembro de 1987

Dispõe sobre a realização de Audiências Públicas no processo de licenciamento ambiental.

Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997

Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental.

Resolução CONAMA nº 398/2008

Dispõe sobre o conteúdo mínimo do Plano de Emergência Individual para incidentes de poluição por óleo em águas sob jurisdição nacional, originados em portos organizados, instalações portuárias, terminais, dutos, sondas terrestres, plataformas e suas instalações de apoio, refinarias, estaleiros, marinas, clubes náuticos e instalações similares, e orienta a sua elaboração.

Resolução CONAMA nº 401/2008

Estabelece os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio para pilhas e baterias comercializadas no território nacional e os critérios e padrões para o seu gerenciamento ambientalmente adequado, e dá outras providências.

Resolução CONAMA nº 416/2009

Dispõe sobre a prevenção à degradação ambiental causada por pneus inservíveis e sua destinação ambientalmente adequada, e dá outras providências.

Resolução CONAMA nº 420/2009

Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas.

Resolução CONAMA nº 422/2010

Estabelece diretrizes para as campanhas, ações e projetos de Educação Ambiental, conforme Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, e dá outras providências.

Resolução RDC nº 661, de 2022 - ANVISA

Dispõe sobre as Boas Práticas Sanitárias no Gerenciamento de Resíduos Sólidos nas áreas de Portos, Aeroportos, Passagens de Fronteiras e Recintos Alfandegados.

ABNT NBR ISO 14001

Sistemas de gestão ambiental.

ABNT NBR 14619

Norma estabelece os critérios de incompatibilidade química a serem considerados no transporte terrestre de produtos perigosos e incompatibilidade radiológica e nuclear, no caso específico dos materiais radioativos.

ABNT NBR 14725-4

Produtos químicos - Informações sobre segurança, saúde e meio ambiente; Ficha de informações de segurança de produtos químicos (FISPQ).

NORMAM-02/DPC

Normas da Autoridade Marítima para embarcações empregadas na navegação interior.

NORMAM-08/DPC

Normas da Autoridade Marítima Tráfego e Permanência de Embarcações em Águas Jurisdicionais Brasileiras.

NORMAM-15/DPC - 2ª revisão

Normas da Autoridade Marítima para Atividades Subaquáticas.

Lei nº 4.860/1965

Dispõe sobre o regime de trabalho nos portos organizados, e dá outras providências.

Decreto-lei nº 247/1967

Dispõe sobre o Código de Segurança contra Incêndio e Pânico (COSCIP), no âmbito do estado do Rio de Janeiro.

Lei nº 6.496/1977

Institui a " Anotação de Responsabilidade Técnica " na prestação de serviços de engenharia, de arquitetura e agronomia; autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA, de uma Mútua de Assistência Profissional; e dá outras providências.

Lei 6.766/1979

Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências.

Lei 6.938/1981

Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

Lei 7.347/1985

Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências.

Decreto nº 96.044/1988

Aprova o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos e dá outras providências.

Decreto 99.274/1990

Regulamenta a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõem, respectivamente sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e dá outras providências.

Decreto nº 2.596/1998

Regulamenta a Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional.

Lei nº 9.605/1998

Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências (Lei dos Crimes Ambientais).

Lei 9.795/1999

Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

Lei 9.985/2000

Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

Lei nº 9.966/2000

Dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências.

Lei nº 10.233/2001

Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, e dá outras providências.

Lei nº 10.357/2001

Estabelece normas de controle e fiscalização sobre produtos químicos que direta ou indiretamente possam ser destinados à elaboração ilícita de substâncias entorpecentes, psicotrópicas ou que determinem dependência física ou psíquica, e dá outras providências.

Decreto nº 4.281/2002

Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.

Lei 11.445/2007

Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico; cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.666, de 21 de junho de 1993, e 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; e revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978. (Redação pela Lei nº 14.026, de 2020).

Lei 12.305/2010

Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS); altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

Decreto nº 7.830/2012

Dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural, o Cadastro Ambiental Rural, estabelece normas de caráter geral aos Programas de Regularização Ambiental, de que trata a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e dá outras providências.

Lei 12.815/2013

Dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários e dá outras providências.

Decreto nº 8.235/2014

Estabelece normas gerais complementares aos Programas de Regularização Ambiental dos Estados e do Distrito Federal, de que trata o Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012, institui o Programa Mais Ambiente Brasil, e dá outras providências.

Decreto nº 42/2018

Regulamenta o Decreto-Lei nº 247, dispondo sobre o COSCIP, no âmbito do estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 10.030/2019

Aprova o Regulamento de Produtos Controlados.

Lei nº 13.979/2020

Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.

Lei nº 14.019/2020

Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção individual para circulação em espaços públicos e privados acessíveis ao público, em vias públicas e em transportes públicos, sobre a adoção de medidas de assepsia de locais de acesso público, inclusive transportes públicos, e sobre a disponibilização de produtos saneantes aos usuários durante a vigência das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19.

Resolução ANTAQ nº 1.766, de 2010

Aprova a norma que estabelece as atividades executadas nos portos e terminais aquaviários por empresas brasileiras de navegação autorizadas a operar na navegação de apoio portuário.

Resolução ANTAQ nº 2.190, de 2011

Aprova a norma para disciplinar a prestação de serviços de retirada de resíduos de embarcações.

Resolução ANTAQ nº 3.274, de 2014

Aprova a norma que dispõe sobre a fiscalização da prestação dos serviços portuários e estabelece infrações administrativas.

Resolução ANTAQ nº 65, de 2021

Estabelece os procedimentos para operações com produtos perigosos quando em trânsito por instalações portuárias situadas dentro ou fora da área do porto organizado.

Resolução ANTT nº 5.947, de 2021

Atualiza o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos e aprova as suas Instruções Complementares, e dá outras providências.

Instrução Técnico-Administrativa nº 03, de 2015, do Ministério da Defesa/COMANDO DO EXÉRCITO/COMANDO LOGÍSTICO

Dispõe sobre normatização administrativa relativa à expedição de Guia de Tráfego.

Resolução CNEN 013/88

Resolução que trata do Transporte de Materiais Radioativos dentro da Norma CNEN NE 5.01.

Portaria nº 49 - COLOG, de 2016

Atividades com Explosivos e seus Acessórios.

Portaria INMETRO nº 91, de 2009

Aprova a revisão dos Regulamentos Técnicos da Qualidade da área de produtos perigosos e do "Glossário de Terminologias Técnicas Utilizadas nos RTQ para o Transporte de Produtos Perigosos".

Portaria INMETRO nº 457, de 2008

Aprovar o Regulamento Técnico da Qualidade 5 - Inspeção de Veículos Rodoviários Destinados ao Transporte de Produtos Perigosos.

Portaria INMETRO nº 146, de 2019

Aprova os ajustes dos Regulamentos Técnicos da Qualidade da área de inspeção veicular, estabelecidos no Anexo desta Portaria.

IMDG CODE (*International Maritime Dangerous Goods Code* - Código Marítimo Internacional de Mercadorias Perigosas)

Estabelece diretrizes internacionais para acondicionamento, embalagem, rotulagem e estiva de mercadorias perigosas que devem ser atendidas para que sejam aceitas no trecho marítimo.

DECRETO-LEI nº 5.452, de 1º de maio de 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

NR-1

Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais.

NR-3

Embargo e Interdição.

NR-4

Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho.

NR-5

Comissão Interna de Prevenção de Acidentes.

NR-6

Equipamento de Proteção Individual - EPI.

NR-7

Programa de Controle Médico Saúde Ocupacional.

NR-8

Edificações.

NR-9

Avaliação e Controle das Exposições Ocupacionais a Agentes Físicos, Químicos e Biológicos.

NR-10

Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade.

NR-11

Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais.

NR-12

Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos.

NR-13

Caldeiras, Vasos de Pressão, Tubulações e Tanques Metálicos de Armazenamento.

NR-15

Atividades e Operações Insalubres.

NR-16

Atividades e Operações Perigosas.

NR-17

Ergonomia.

NR-18

Segurança e Saúde no Trabalho na Indústria da Construção.

NR-19

Explosivos.

NR-20

Segurança e Saúde no Trabalho com Inflamáveis e Combustíveis.

NR-21

Trabalhos a Céu Aberto.

NR-23

Proteção Contra Incêndios.

NR-24

Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho.

NR-25

Resíduos Industriais.

NR-26

Sinalização de Segurança.

NR-28

Fiscalização e Penalidades.

NR-29

Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho Portuário.

NR-30

Segurança e Saúde no Trabalho Aquaviário.

NR-32

Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde.

NR-33

Saúde e Segurança no Trabalho em Espaços Confinados.

NR-34

Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção, Reparação e Desmonte Naval.

NR-35

Trabalho em Altura.

NR-37

Segurança e Saúde em Plataformas de Petróleo.

NR-38

Segurança e Saúde no Trabalho nas Atividades de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos.

Ofício-circular nº 379/2020/SE

Estabelece medidas de prevenção baseadas na publicação da **Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020**, do Ministério da Economia, enquanto perdurar estado de emergência internacional.

Ofício-circular SEI nº 1088/2020/ME

Orientações gerais aos empregadores e trabalhadores nos serviços de saúde em razão da pandemia da COVID-19.

Nota Técnica nº 47/2020 - GIMTV/GGPAF/DIRE5/ANVISA

Recomendações sobre produtos saneantes que possam substituir o álcool 70% e desinfecção de objetos e superfícies, durante a pandemia de COVID-19.

Nota Técnica nº 12/2021/SEI/GRECS/GGTES/DIRE1/ANVISA

Recomendações para os serviços de vacinação durante o período da pandemia da COVID-19.

Lei 2.180/1954

Dispõe sobre o Tribunal Marítimo.

Decreto-Lei 116/1967

Dispõe sobre as operações inerentes ao transporte de mercadorias por via d'água nos portos brasileiros, delimitando suas responsabilidades e tratando das faltas e avarias.

Lei 7.203/1984

Dispõe Sobre a assistência e salvamento de embarcação, coisa ou bem em perigo no mar, nos portos e nas vias navegáveis interiores.

Lei 7.652/1988

Dispõe sobre o registro da Propriedade Marítima e dá outras providências.

Lei 8.617/1993

Dispõe sobre o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental brasileiros, e dá outras providências.

Lei 9.537/1997 (LESTA)

Dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências.

Lei Complementar 97/1999

Dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências.
